

Título: **EMIGRAÇÃO, REGRESSO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BARROSO ( CONCELHO DE BOTICAS ).**

MARIA ORTELINDA BARROS GONÇALVES

---

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no espaço rural, nos âmbitos económico, social, cultural e político, têm sido de tal modo significativas que, em muitos casos a situação resultante é caracterizada como de crise. Esta situação exige novas políticas, medidas e acções visando garantir o seu desenvolvimento sustentável.

O trabalho constitui a súmula de alguns aspectos da investigação no âmbito de uma Dissertação de Mestrado intitulada “Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso”- Concelho de Boticas (GONÇALVES, 2003).

A questão central do trabalho, consistiu em determinar que estratégias de desenvolvimento endógeno poderão ser encetadas por uma região “rural profundo”<sup>1</sup>, marcada pelos impactos de migrações internas e externas, de forma a contribuir para a revitalização do seu tecido social e económico. Neste sentido foi feita a caracterização profissional e mobilidade do fenómeno emigratório legal desde 1960 a 1988, baseando-nos nos dados dos passaportes diferidos aos emigrantes e por nós consultados em 450 livros no Arquivo Distrital de Vila -Real.

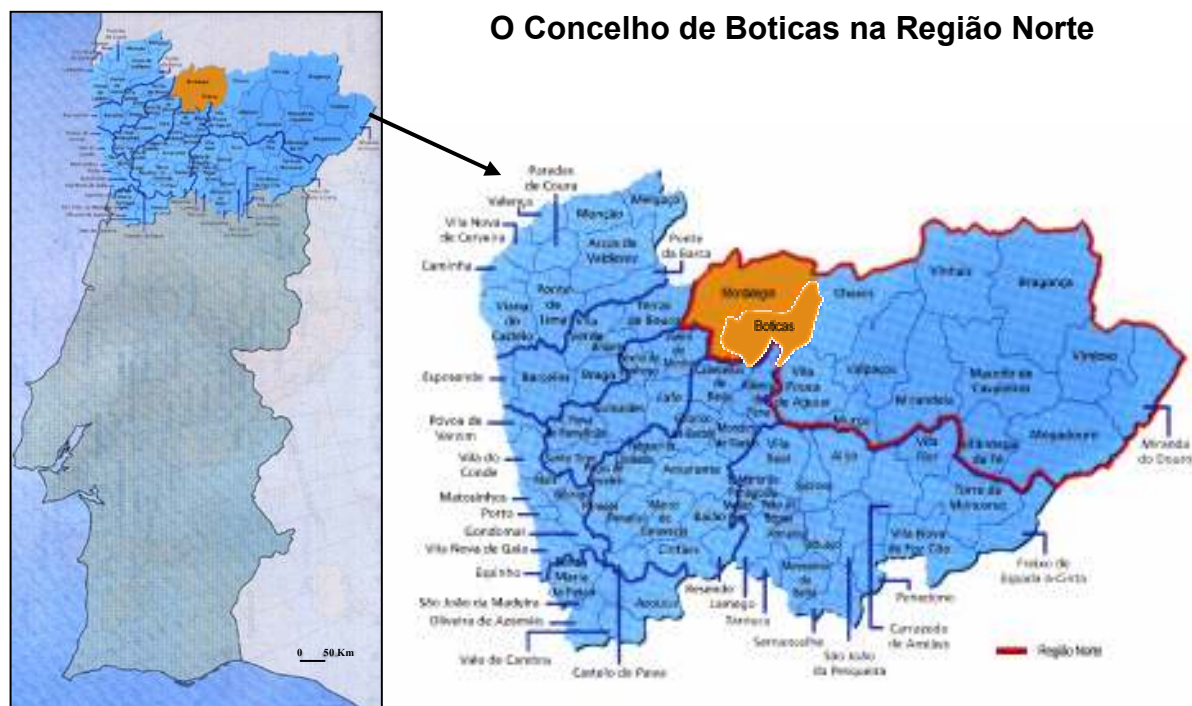
Com base na análise de um inquérito feito a cem emigrantes regressados ao Concelho, procedemos à sua caracterização sócio - económica assim como à sua reinserção, pretendendo-se verificar se estes , constituem factor de modificação e inovação no sentido de serem ou poderem tornar-se catalizadores do desenvolvimento local.

---

<sup>1</sup> Utilizando o critério da OCDE, podemos considerar como “rurais” as áreas que têm densidades inferiores a 150 hab/km<sup>2</sup> e “rural profundo” as áreas com densidades abaixo de 25 hab/Km<sup>2</sup>. O conceito “rural” é utilizado para designar «partes do território nacional que se caracterizam por um número de habitantes ou uma densidade relativamente fraca, ou ainda por outras particularidades sócio-económicas». (MEDEIROS, 1996:288)

## 2. QUADRO GEOGRÁFICO, POPULAÇÃO E ECONOMIA

O Concelho de Boticas integra-se na NUT III<sup>2</sup> – Alto-Trás-Os-Montes, separado do Concelho de Chaves em grande parte pelo rio Tâmega e comunga com os Concelhos da margem esquerda do mesmo, na região denominada por “Alto Tâmega”. Com Montalegre define uma unidade territorial enquadrada numa outra unidade paisagística e natural a que se denomina “Terras de Barroso”.



O Concelho de Boticas foi criado em 6 de Novembro de 1836, data em que Barroso cindiu em 2 concelhos: Boticas e Montalegre.

<sup>2</sup> NUTE III – área definida de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Administrativamente o Concelho em estudo é constituído por 16 freguesias e 52 aldeias.



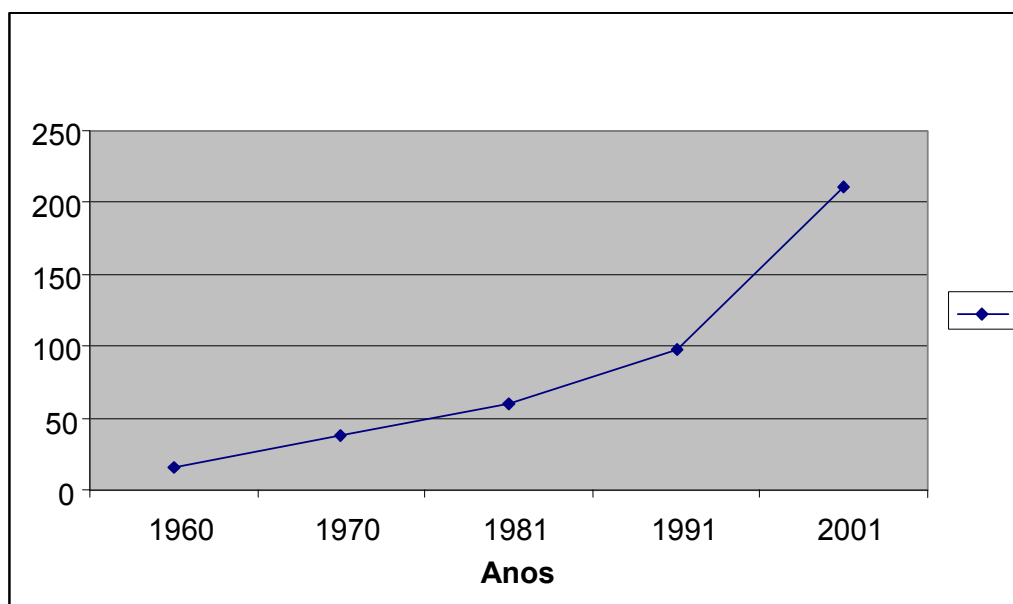
Apresentava segundo os últimos censos, 6.417 habitantes e uma densidade populacional apenas de 19,2 hab/km<sup>2</sup>.

Entre 1960 e 2001 sofreu um decréscimo populacional de 55,7% o que corresponde a uma diminuição de 8064 habitantes.

«O duplo envelhecimento demográfico tem constituído uma evolução partilhada por todas as populações do continente português, essencialmente as do Interior». (BARRETO, 2000:461).

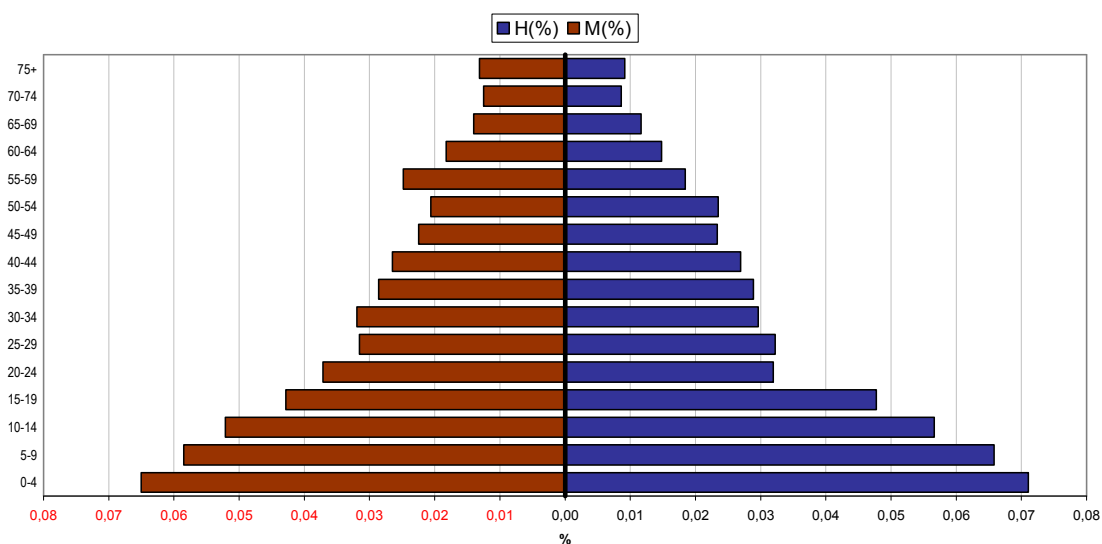
«Boticas é um dos Concelhos mais envelhecidos do Alto-Trás-Os-Montes» (Municípios da Região Norte, 2002:174).

## Índice de Envelhecimento

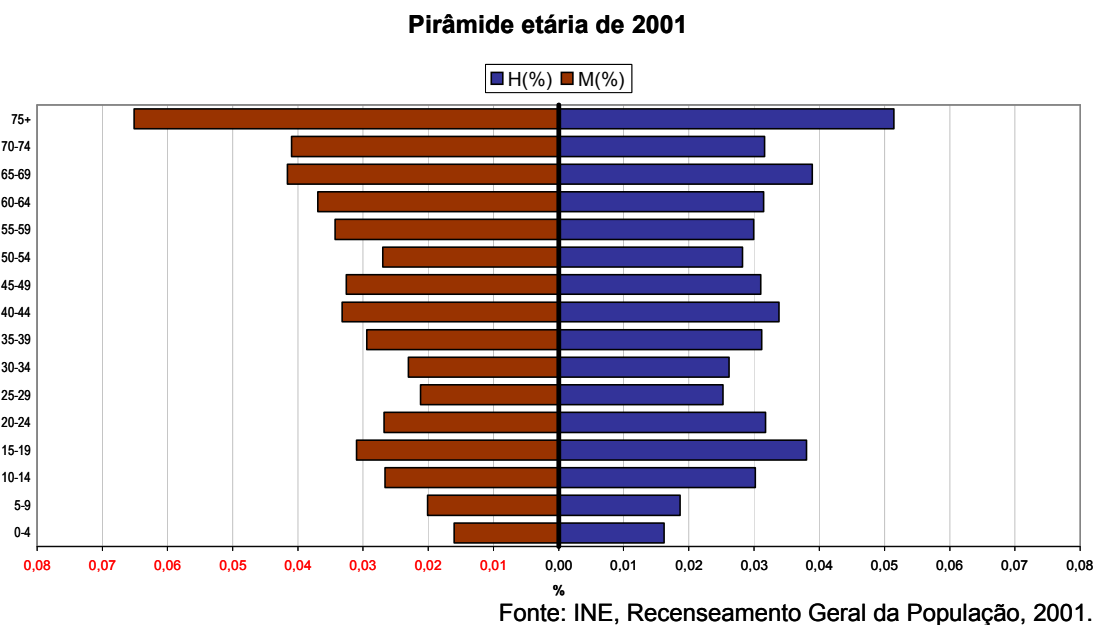


O índice de Envelhecimento passou de 15,2% para 210,8%.

## Pirâmide etária de 1960



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960.



Em quatro décadas o grupo de idade jovem (0-14 anos) perdeu praticamente o mesmo que ganhou o grupo de idade idosa ( >65 anos). Estamos portanto perante um duplo envelhecimento, isto é a diminuição da importância dos jovens e o aumento da população mais idosa.

O Concelho de Boticas ocupa uma área de 322Km<sup>2</sup>, desenvolvendo-se a uma altitude média superior a 700 metros atingindo o ponto mais alto na serra de Alturas (situada no centro do Barroso) com 1279 metros e com orientação NE-SW.

A forte emigração registada no Concelho de Boticas essencialmente a partir dos anos sessenta, «expulsou» o factor produtivo mais importante – os homens, sem condições mínimas de sobrevivência, provocando o envelhecimento do tecido demográfico e retirando à região potencialidades de desenvolvimento.

A organização agrícola tradicional e o envelhecimento dos activos agrícolas tem contribuído para a estagnação do sector. Em 1991, o sector primário ocupava ainda 58,7% da população activa empregada.

Actualmente a economia da região, assenta sobretudo no sector secundário e terciário, liderando em 2001, o grupo de actividades do sector terciário como principal empregador.

A expansão do sector terciário reflecte-se em algum crescimento do emprego e não em significativa modernização das formas de prestação das funções, mantendo-se o domínio das actividades com baixo nível de emprego.

A descida dos activos no sector primário relaciona-se com os movimentos migratórios e com o crescimento do sector dos serviços, na sede do concelho.

A economia agrícola baseia-se na criação de gado de raça Barrosã, Maronesa, Galega e Mirandesa, na cultura cerealífera (centeio e milho), batata e pastagens permanentes.

44,1% da população agrícola não usufrui de qualquer tipo de instrução, sendo de realçar que 31,9% dos agricultores são idosos.

Uma significativa taxa de pluriactividade dos activos tem permitido à maioria das famílias acederem a alguns níveis de consumo, apesar dos baixos salários praticados.

A região apresenta uma estrutura empresarial muito especializada, fundamentalmente ligada ao aproveitamento dos recursos naturais locais e com um pequeno grau de abertura ao exterior. Prevalece a especialização em sectores produtivos que não requerem níveis de qualificação elevados tornando inviável o pagamento de salários elevados.

Observando a definição de pobreza de Peter Townsend (1979), podemos concluir que a maior parte das populações rurais das áreas deprimidas evidenciam recursos situados abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio, ficando assim «excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades» (Townsend, 1979:31), reflectindo em parte a orientação e gestão da política económica e social da qual as regiões rurais não têm sido suficientemente beneficiadas.

Sem erradicação da pobreza não se alcança desenvolvimento sustentável. Todavia, cada território reúne caracteres, ocorrências e recursos muito variados, tornando-se urgente o conhecimento aprofundado de cada complexidade rural.

A aposta no desenvolvimento rural passa pela formação básica e profissional, pela luta contra a exclusão social, pelo desencadear de processos que permitam o melhoramento dos rendimentos familiares e a criação de soluções alternativas de emprego. Estes são o caminho para um desenvolvimento integrado, permitindo simultaneamente rentabilizar os recursos endógenos – naturais e humanos – através de apoios técnicos e financeiros exógenos.

### 3. O EMIGRANTE REGRESSADO E SUA (RE)INSERÇÃO NO CONCELHO

O impacto do retorno sobre a dinâmica económica concelhia, vê-se diminuído em razão, não só da idade avançada do emigrante regressado mas também da sua forte preferência pelo sector primário.

#### Ramo de actividade por grupo etário

Ramo de actividade actual	Grupo etário				
	<30 anos	30-39	40-49	50-59	>60
Agricultura		2 33,3%	6 <b>60,0%</b>	19 51,4%	10 41,7%
Jardinagem					1 4,2%
Construção Civil	2 <b>50,0%</b>	1 16,7%	1 10,0%	5 13,5%	
Indústria Transportadora				1 2,7%	
Comércio	1 25,0%	2 <b>33,3%</b>	1 10,0%	4 10,8%	
Serviços Domésticos		1 16,7%	1 10,0%	7 <b>18,9%</b>	4 16,7%
Restaurante			1 10,0%		
outros	1 25,0%			1 2,7%	9 <b>37,5%</b>
Total	4 100,0%	6 100,0%	10 100,0%	37 100,0%	24 100,0%

Verificamos que o regresso dos emigrantes ao concelho ainda é pouco perceptível, e relativo essencialmente à primeira geração de emigrantes.

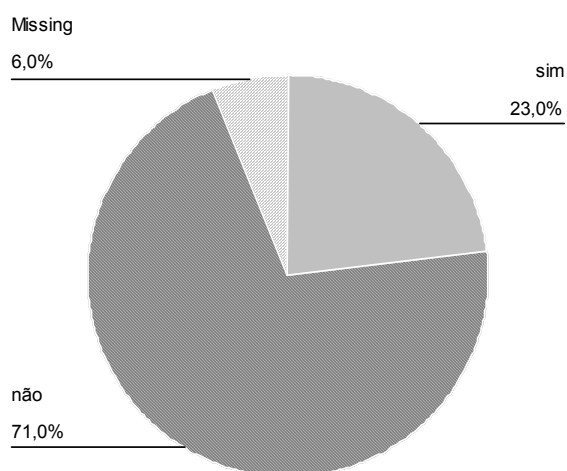
« (...) l'on ne peut parler de retour massif sans que le contexte social et économique étant à l'origine de l'exode de tant d'hommes et de familles, n'ait été changé par des réformes de structures concernant l'emploi, le logement, l'éducation, la santé» (Ramos, 1990:876).

Foi analisado o perfil sócio-económico do emigrante regressado antes de emigrar, durante a emigração e após o regresso não sendo detectada mobilidade social, mas apenas uma significativa melhoria do nível de vida.

O regresso tem-se revestido de um certo impacto a nível do consumo, não detectamos no entanto, no emigrante regressado, sentido empresarial, capacidade de risco nem notável inovação – situação adversa ao desenvolvimento local.

Seleccionamos para esta apresentação, alguns aspectos da inserção cívica e política, do emigrante regressado, onde parece existir alguma dinâmica:

### **Militante inscrito num partido político**



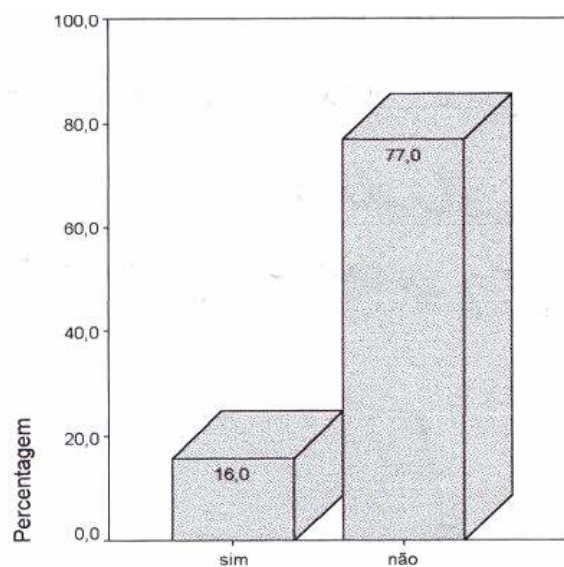
Actualmente, 71,0% dos inquiridos não estão inscritos em nenhum partido político e 23,0% afirmam ser militantes inscritos num partido político, o que parece ser uma proporção razoável, tendo em atenção a diminuição da filiação em partidos políticos, nas últimas duas décadas (metade do que era há 20 anos, em países como a França, Itália, Noruega e Estados Unidos, segundo dados da ONU<sup>3</sup>) e noutro tipo de veículos tradicionais da acção colectiva, de que são exemplo os sindicatos, designadamente.

---

<sup>3</sup> Disponível em 07.07.2003: <http://www.un.org>.



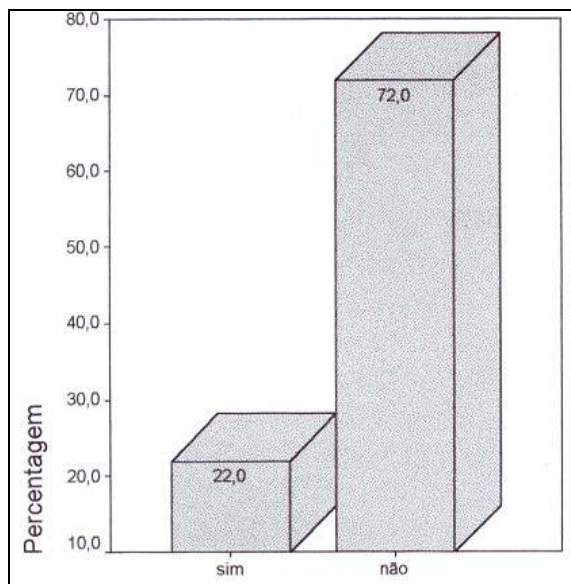
## Cargo Político no Poder Local



Tipo de cargo	frequência	% válida	% acumulada
Presidente da Câmara	1	6,3	6,3
<b>Junta de Freguesia</b>	13	<b>81,3</b>	87,5
outro	2	12,5	100,0
Total	16	100,0	

Verificamos algum empenhamento do emigrante regressado na vida política local. Dos inquiridos 16% são ou já foram, desde que regressaram, membros de algum órgão de poder local, 81.3% pertencem ou já pertenceram à junta de freguesia.

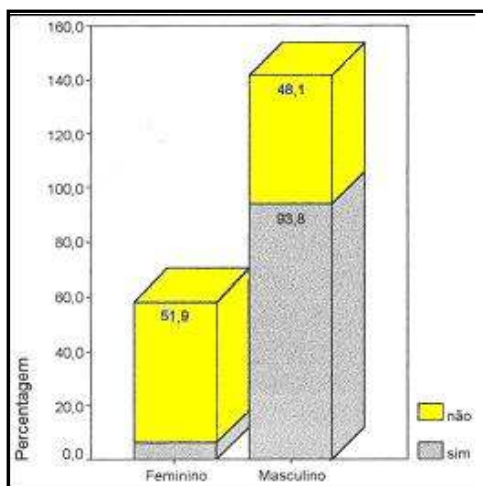
### Membro de Associação Local



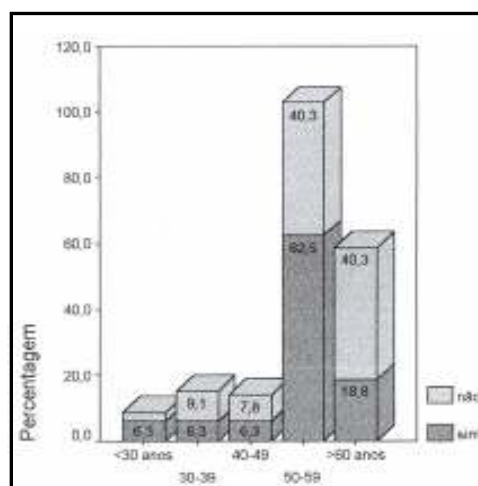
Tipo de Associação	contagem	% casos
Cultural	19	86,4%
Desportiva	6	27,3%
Política	1	4,5%
Outra	2	9,1%

Quanto à participação na vida associativa local, os resultados do nosso inquérito mostram que 22% dos inquiridos revelam ser actualmente membros de alguma associação local, predominando as do tipo cultural (86,4%) e desportivo (27,3%), o que reflecte claramente a continuidade da experiência vivida na emigração, em que o contacto com as associações de portugueses sempre teve um papel importante na vida dos emigrantes, servindo de elo de ligação para a língua, costumes, informações, enlacs matrimoniais e constituindo-se inclusive como meio de reviver a terra natal.

#### Membro de Associação por sexo



#### Membro de associação por idade



As associações são frequentadas essencialmente por indivíduos do sexo masculino e com idades compreendidas entre 50 e 59 anos.

Para que a parte puramente endógena de pressão que tem levado a população a emigrar cesse os seus efeitos, e o regresso seja uma realidade é necessário postular uma melhoria substantiva da situação de oferta de emprego, sobretudo em sectores «atractivos» da actividade profissional, um aumento da capacidade de poupanças e simultaneamente das correspondentes oportunidades de investimento.

#### 4. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO <sup>4</sup>

É urgente implementar / executar, com o respectivo acompanhamento e avaliação, um projecto multisectorial que estabeleça o equilíbrio entre crescimento e preservação, fixando e atraindo população.

Neste sentido, procuramos reflectir sobre domínios vitais para o desenvolvimento sustentável desta região do Barroso. Concluindo-se que da interacção entre a agricultura de

<sup>4</sup> «O desenvolvimento não é uma questão exclusivamente de foro económico; ele é, antes de mais, um problema social com cambiantes económicas, técnicas, políticas, culturais e institucionais... Por isso, é determinante a eficiência da coordenação de todos esses aspectos...» (OLIVEIRA, 1986:12).

qualidade com outros sectores ligados à silvopastorícia, criação de gado Barrosão, floresta de uso múltiplo<sup>5</sup>, TER, artesanato, construção civil, comércio e outros serviços locais entre outros, assim como a execução e modernização da rede viária que aproxime o concelho não só do Norte mas também do centro e sul do País, assim como da Europa, poderão constituir-se oportunidades de emprego proporcionando o desenvolvimento local, resultando este, do equilíbrio entre crescimento, preservação e erradicação da pobreza.

Assim, identificamos alguns pontos fortes e as carências do concelho para que sejam delineadas estratégias fundamentais a desenvolver.

#### **4.1 PONTOS FORTES**

- Grande diversidade de fauna e flora;
- Importância das explorações com DOP (Carne Barrosã, mel do Barroso) e com IGP (Cabrito de Barroso, Presunto do Barroso);
- Património molinológico;
- Zona de paisagem protegida;
- Crescente interesse por desportos radicais;
- Procura crescente de actividades ligadas à natureza;
- Boa utilização dos fitofármacos e químicos na agricultura;
- Múltiplos projectos e iniciativas de Desenvolvimento Local apresentam características diferenciadas, sendo uma das suas principais riquezas;
- Importância do surgimento de novas formas de turismo, mais sensíveis às questões ambientais, à cultura, aos circuitos pedestres, etc;
- Culturas rurais em que sobressaem as feiras e mercados, as festas e romarias tradicionais;
- Existência de nascente minero-medicinal em Carvalhelhos;
- Disponibilidade de artesanato vivo, em especial – burel, linho, bordados, socos de pau, miniaturas, em madeira, de bois, grades, etc;
- Confraria Gastronómica da Carne Barrosã;
- Cooperativa local de apoio aos produtos agrícolas do Concelho;

---

<sup>5</sup> Exemplo de subsectores associados à indústria florestal geradores de emprego: Corte e comercialização da madeira, resinagem, alugadores e empreiteiros florestais, transporte de produtos florestais da floresta até à fábrica, viveiristas florestais, serração e carpintaria, fabricação e restauro de mobiliário de madeira, artesanato de madeira e do vime, produtos resinosos, fábricas de pasta, fábricas de papel, cartão e embalagem e indústrias do pinhão.

- Boas condições cinegéticas (coelho, perdiz, raposa) e piscícolas (truta e outros);
- Existência de condições para o desenvolvimento de uma boa e típica gastronomia, baseada no produto da caça e da pesca, não esquecendo a tenra e succulenta Carne Barrosã;
- Importantes apoios comunitários dos programas AGRO, AGRIS e Leader+ , no apoio à modernização da actividade agro-florestal, da preservação ambiental e do desenvolvimento rural sustentável.

## **4.2 PONTOS FRACOS**

- Diminuição da população – sobretudo dos mais jovens;
- Idade avançada dos agricultores;
- Abandono crescente e grande desinteresse pela actividade agrícola;
- Insuficiente formação profissional;
- Inexistência de saneamento básico e de tratamento de afluentes;
- Carência de equipamentos de apoio ao turismo;
- Descaracterização urbanística;
- Pequena dimensão e fragmentação da exploração agrícola;
- Analfabetismo e baixa qualificação;
- Carência de equipamentos de apoio às crianças em idade escolar e aos idosos, ao nível das aldeias;
- Insuficiente aproveitamento dos produtos endógenos com potencialidades;
- Excessivo protagonismo pessoal na condução e gestão de alguns projectos;
- Falta de recursos (financeiros, humanos, materiais, etc.);
- Excessiva dependência do exterior (em ideias, recursos humanos, mercados, etc.);
- Dificuldade em levar à prática uma perspectiva interdisciplinar, por falta de técnicos em algumas áreas;
- Pouca ligação com grupos e centros de investigação;
- Dificuldade de escoamento de produtos e de ligação ao mercado;
- Inadequação de alguns programas (por exemplo, de formação profissional) às características das populações e às situações a que os projectos procuram responder;
- Défice de capacidade de iniciativa de algumas zonas de intervenção;

- Inexistência de uma tradição de acolhimento turístico e limitada capacidade de alojamento;
- Escasso apoio aos turistas no posto de turismo, que se encontra, a maior parte das vezes, fechado;
- Ausência de postos de apoio a percursos equestres;
- Panorama de escolaridade pouco satisfatório, com elevadas taxas de analfabetismo, de insucesso e de abandono;
- Serviço de transportes públicos inadequado às necessidades da população;
- Debilidade e relativa pouca extensão da rede viária nacional secundária, que serve de base às deslocações predominantes de tipo local e à circulação de Transportes Rodoviários de Passageiros;
- Tecido económico incapaz de garantir a auto-sustentação do desenvolvimento e falta de iniciativa empresarial;
- Falta de oportunidades de emprego e consequente rarefacção do pessoal qualificado;
- Degradação das matas e desinteresse, sob o ponto de vista económico, dos agricultores pela floresta, favorecendo incêndios, desvalorizando o património florestal e criando externalidades negativas na paisagem;
- Índices de poder de compra e do PIB, per capita, claramente inferiores à média nacional;
- Reduzida dinâmica em matéria de diversificação sectorial, problemas tirando o reforço da competitividade e a modernização da base produtiva do concelho;
- Inexistência de uma programação cultural e desportiva regular que promova práticas e hábitos diversificados e que ultrapasse as dinâmicas mais tradicionais;
- As deficientes condições de acessibilidade interna e externa do concelho, de segurança rodoviária e de sinalização afectam, de forma sensível, as condições de mobilidade e de coesão.

Considerando a necessidade de valorização dos pontos fortes e de diminuição do impacto dos pontos fracos, propomos, para o Concelho uma estratégia de desenvolvimento assente em 4 parâmetros fundamentais:



**1 - Qualidade ambiental e paisagística**

**2 - Diversificação das actividades**

**3 - Valorização dos recursos naturais, culturais e humanos**

**4 - Recuperação do património**

## Prioridades estratégicas

### Eixos de Intervenção

Actividades económicas	Infraestruturas e equipamentos	Turismo	Preservação ambiental	Redefinição da tipologia urbana	Recuperação e reconversão da agricultura	Cultura e Desporto
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Introdução de técnicas apropriadas de serração, secagem, calibragem e armazenamento da madeira, controlo da qualidade, eficiência energética e utilização dos resíduos florestais.</li> <li>. Formação profissional.</li> <li>. Apoio ao ensino do artesanato por forma a garantir a continuidade dos ofícios.</li> <li>. Promover a realização de feiras e mostras de artesanato.</li> <li>. Aproveitamento de energia eólica.</li> <li>. Apoio às pequenas indústrias locais.</li> <li>. Reforço do espírito empresarial e associativo.</li> <li>. Organização de circuitos de comercialização.</li> <li>. Apoio à exploração de ervas aromáticas, cogumelos silvestres, queijos do Barroso, silvopastorícia, fumeiro tradicional, carne Barrota e agricultura biológica.</li> <li>. Apoio à criação e dinamização de associações de produtos florestais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reforço da rede de infraestruturas de protecção social (creches jardins de infância, lares e centros de dia) e promover a realização de acções diversificadas de apoio social.</li> <li>. Construção de novas infraestruturas de saúde e higiene e reforçar a prestação de cuidados de saúde.</li> <li>. Reforço da capacidade técnica local para funções de planeamento, programação, acompanhamento e avaliação das acções de desenvolvimento.</li> <li>. Melhoria das acessibilidades.</li> <li>. Reforço das redes de transporte público.</li> <li>. Tratamento dos afluentes-águas residuais domésticas.</li> <li>. Recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos.</li> <li>. Criação de espaços de apoio escolar.</li> <li>. Identificação e/ou sinalização correctas das memórias ligadas ao Património Cultural e aos valores do património natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Incentivo ao turismo jovem: Pousada da Juventude.</li> <li>. Fomento do Turismo Rural.</li> <li>. Fomento do Turismo de Natureza.</li> <li>. Fomento do Agro-Turismo.</li> <li>. Recuperação dos moinhos e dos fornos.</li> <li>. Apoio à restauração e criação de alojamento turísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Criação de percursos pedestres.</li> <li>. Levantamento da fauna e flora existente.</li> <li>. Criação de um centro de documentação, interpretação e observação.</li> <li>. Ecopontos</li> <li>. Reflorestação</li> <li>. Limpeza florestal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Redefinição do espaço urbanizável.</li> <li>. Arranjo e definição de espaços pedonais.</li> <li>. Preservação do património construído.</li> <li>. Preservação da traça arquitectónica tradicional.</li> <li>. Criação de espaços sociais.</li> <li>. Reorganização de espaços verdes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoio à pastorícia.</li> <li>. Implementação das medidas Agro-ambientais.</li> <li>. Preservação da traça rural.</li> <li>. Apoio técnico agrícola/profissional</li> <li>. Certificação de produtos característicos e de qualidade com potencialidades.</li> <li>. Reserva de caça.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Instalar mediatecas nas escolas.</li> <li>. Incentivar e recuperar a prática de jogos e artes tradicionais (por ex. a tecelagem).</li> <li>. Incentivar a prática de desportos alternativos e radicais.</li> <li>. Diminuir o absentismo e o abandono escolar.</li> <li>. Revitalização de manifestações culturais tradicionais: folclore, banda de música, cantares ao desafio, chegadas de bois, etc.</li> </ul>

Consideramos prioritários sete eixos de intervenção:



## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o desenvolvimento desta região do Barroso exige, de facto, a definição/aplicação de objectivos e prioridades bem como de modelos de desenvolvimento específicos ou um modelo multi-sectorial que explorem, dentro da capacidade de regeneração, os recursos existentes.

No entanto, encontrarmos um modelo multi-sectorial de desenvolvimento sustentável, que promova o aproveitamento dos recursos locais e o bem-estar das pessoas, passa pelo espírito de diálogo entre a associação de municípios à escala local/regional, definindo determinadas estratégias ao nível nacional, constituindo-se em estruturas de parceria com capacidade para se consolidarem.

Acrescentamos ainda, que com este trabalho pretendemos também contribuir com algum potencial para a cidadania em clima de pluralismo e de interculturalidade, proporcionando o conhecimento desta região com as suas especificidades e contribuindo ao salientar a sua identidade para o reconhecimento das diferenças regionais.

## BIBLIOGRAFIA

BAGANHA, M. Ioannis e Peixoto, J. (1996) “O Estudo das Migrações Nacionais” in *Entre a Economia e a Sociologia*, J.M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (organizadores), Celta Editora, Oeiras, pp. 233 – 239.

BAILY, A., Mailliat, D. (1986) – “ Le Secteur Tertiaire en Question – Activités de Services, Développement Economique et Spatial“, Éditions Anthropos, Paris.

BARRETO, António (2000) “A situação Social em Portugal 1960-1999”, vol. II, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

BARQUERO, António Vasquez (1988) “ Áreas rurales com capacidade de desarrollo endógeno”, Instituto del Territorio y urbanismo, Madrid.

BONNAMOUR, Jacqueline (1993) - “ Géographie Rurale: Position et Méthode“, Masson, Paris.

BOTE Gomes, Venancio (1988) – “Turismo en espacio rural: Rehabilitation del Patrimonio Sociocultural y de la Economia local”, Editorial Popular, S. A., Madrid.

BRUNEAU, M. (1994) “Espaces et territoires de diasporas” *L’espace géographique*, n<sup>o</sup>1.

CAVACO, Carminda (1994) – “ Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local”, Programas das Artes e Ofícios Tradicionais, D.G.D.R, Lisboa.

COSTA, Manuel da Silva e Neves, José Pinheiro (coord.) (1993) – “Autarquias Locais e Desenvolvimento”, Ed. Afrontamento, Porto.

DONELLA, H. Meadows (1972) “Os limites do crescimento”, Ed. Dom Quixote, Lisboa.

FERREIRA, M. Malheiro e Carmo Hermano (1998) “Metodologia da Investigação” Universidade Aberta., Lisboa.

FONSECA, M. Lucinda (1990) “População e Território, do País à área metropolitana”, ICS, Lisboa.

GONÇALVES, António Custódio (1987) “Enracinement et Mobilité, Perspectives de Maitrise de L’Espace Social Rural”, Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto,–

Separata das Actas do simpósio Internacional: *Sociologie et les nouveaux défis de la modernisation* - Porto, pp. 295-302.

GONÇALVES, M. Ortelinda B. (2003) “Emigração, Retorno e Desenvolvimento Sustentável no Barroso”, Dissertação de Mestrado da Universidade Aberta, Porto.

GUTIÉRREZ, Fermín Rodrigues (1995) “Es Desarrollo Local y la planificación Estratégica” in *Espacios Rurales*, Centro de Estudios Rurales, Universidade Cantábria.

INE (2002), “Municípios da Região Norte”, Direcção Regional do Norte.

LITTLE, J.; Austin, P. (1996) “Women and The rural idyll”, *Jornal of Rural Studies*, 12, pp.101-111.

MARTIN, S.J. et al (1990), “Rural Development Programmes” in Theory and Practice”, *Regional Studies*, Vol. 24, nº3.

MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. (1989) “Du rural à l’environnement”. L’Harmattan, Paris.

MEDEIROS, João, (1996), “Das Estratégias de desenvolvimento para o meio Rural às iniciativas locais: Algumas experiências na região centro. Dinamismo sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva”, IEG, Fac. de Letras da U. de Coimbra.

PARTIDÁRIO, M. (1997) “Desafios da Interioridade: a riqueza ambiental e vantagem da sustentabilidade”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, INCM, Lisboa, pp: 56-69.

PINDER, David (org.) (1994) “Desafios e Mudanças na Europa Rural” in *Europa Rural – Desafios e Mudanças*, Celta Editora, Oeiras, pp.275-359.

PORTO, M. (1977) – “Emigration and Regional Development in Portugal”, Comissão de Planeamento da Região Centro, Coimbra, doc. polic.

PORTO, Manuel C. L. (1984) “ Retorno, emigração e desenvolvimento regional: perspectivas de análise e política”, *Estudos de Economia*, Vol. IV, nº4, Julho - Setembro.

RAMOS, C. (1990), “Marches du travail et migrations internationales: croissance, crise et marché unique”. Cas du Portugal et de la France – These pour le Doctorat en Science Economique, Phanteon-Sorbonne I, Université de Paris.

RAMOS, C. (1991), “L’immigration clandestine : Element structurel du phénomène migratoire et donnée permanente du système d’emploi des pays européens”, Associação Europeia dos Economistas do Trabalho, Madrid.

RAMOS, C. (1996), “Economia do Trabalho, Sócio-Economia e Migrações Internacionais”, in J. M. Carvalho Ferreira e tal. (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Celta Editora, Oeiras, pp. 254-264.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira (1991) “Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade”, Separata da Revista da Faculdade de Letras de Geografia, 1ª Série, Vol. VIII, Porto, p.5-39.

TABORDA, Virgilio (1987) “Alto Trás-os-Montes – Estudo Geográfico”, Livros Horizonte, Lisboa.

THUMERELLE, P.J. (1986) “Peuples en mouvement. La mobilité spatiale de la population”, SEDES, Paris.

THWAITES, A. ; ALDERMAN, N. (1994) “Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Económico e Regional” in David Pind (org.) *Europa Ocidental, Desafios e mudanças*, Celta Editora, Oeiras.

TOWNSEND, P. (1979) “Poverty in the United Kingdom”, Harmondsworth /Middlesex /Berkeley.